

MOBISERV, Lda.



Comércio & Serviços

Av. Acordos de Lusaka n° 1801

Tel.: +258 21 467553 • Fax: +258 21 465 282

Cell: +258 84 3929740

E-mail: mobiserv@teledata.mz

Maputo - Moçambique



SL751/SL752
Balde para limpeza
com rodas, e pedal.



LR451/452
Armário para
drogas (veneno).



LR453
Armário para
drogas perigosas.



SL750
Carrinho para transporte
de roupa suja.

14 **Maio**
2015

Quinta-Feira

ANO V - Edição n.º 1032

H ORIZONTE
25

Diário Electrónico de Informação Geral

N.º Registo: 08/GABINFO - dec/2010

Director Editorial: Paulo Deves

GERAL: Cel: 827256216 - PUBLICIDADE: 840135802 - Email: horizonte25@tv cabo.co.mz - Av. Ahmed Sekou Touré, n.º 1552 - r/c - MAPUTO



ECOS DA IIª CONFERENCIA DOS COMBATENTES

**PR defende uma discussão
profunda sobre plataformas
de preservação de paz**

ECOS DA IIª CONFERENCIA DOS COMBATENTES

PR defende uma discussão profunda sobre plataformas de preservação de paz

- *Chefe do Estado deixou esta recomendação na abertura do IIº encontro dos Combatentes em Inhambane.*
- *Consolidar a paz e aprofundar o espírito de reconciliação nacional deve ser um grande desafio orientador em torno da reflexão das ideias no decurso da Conferencia dos Combatentes.*

Lourenço Chapo

INHAMBANE - Na abertura da reunião que juntou pela segunda vez diferentes gerações de Combatentes, Filipe Nyusi enalteceu o papel preponderante que o Combatente tem na disseminação de informações tendes a aprofundar e consolidar a Paz. Por isso, o Presidente Nyusi recomendou que a reunião devia passar em revista as plataformas a serem adoptadas pela sociedade moçambicana, para que a Paz não seja constantemente ameaçada.



Discursando na abertura da IIª Conferencia Nacional dos Combatentes que teve lugar na Província de Inhambane, nos dias 8 e 9 de Maio, o Presidente da República realçou o papel dos combatentes na consolidação da paz, através da disseminação de mensagens de tolerância, diálogo e de elevação de auto estima.

No âmbito da assistência social dos combatentes, o Chefe de Estado vincou a necessidade de maior celeridade no processo de fixação de pensões. No que tange a inserção socioeconómica do combatente, sublinhou que o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional deve ser um instrumento de inclusão e de reforço à unidade nacional, devendo responder aos anseios dos combatentes, através do financiamento de projectos, enfatizando a necessidade de transparência e justiça no tratamento dos mesmos.

Finalizando, Filipe Nyusi reiterou a necessidade da preservação da paz pelos combatentes, tendo sublinhado que esta deve ser defendida por quem realmente a conquistou.

Durante dois dias, sob o lema: Reinserção Socioeconómica do Combatente, Paz e Uni-

dade Nacional os Combatentes juntaram-se numa mesma sala e discutiram assuntos que tem a ver com o dia-a-dia da sua

convivência na sociedade. De uma forma unânime, os Combatentes saudaram a iniciativa do Governo em ter criado condições que permitiram juntar esta camada social a debater os seus próprios problemas e trazer sugestões para soluções específicas.

Dentre vários assuntos aflorados na reunião, o grande destaque ficou patente na problemática da pensão, que no entender de muitos Combatentes, ainda continua bastante exígua, para além de que a sua tramitação continua a levar muito tempo, tendo na ocasião sugerindo que a mesma seja equiparada ao salário mínimo em vigor no país. Associada a esta revisão, os delegados da IIª Conferencia Nacional dos Combatentes pediram ao governo a sensibilizar os serviços de saúde e educação a melhorarem as suas formas de assistência a esta classe. De uma forma aberta e franca, os delegados da IIª Conferencia apelaram ao cumprimento dos preceitos constantes na Lei 16/2011 de 10 de Agosto. "Gostaríamos de ver ampliada a divulgação e implementação integral do Estatuto do Combatente e seu regulamento, no seio da sociedade, com maior enfoque nas instituições que complementam as acções deste sector no





domínio da assistência e reinserção socio-económica”, disse Manuel Chauque, presidente da ADEMIMO.

A questão do Fundo de Paz foi profundamente debatida e os Combatentes deram as suas contribuições visando ver aglutinados procedimentos que facilitem o incremento dos projectos de geração de renda por si a serem submetidos na nova instituição criada. Sobre esta matéria, muitos Combatentes pediram energeticamente ao Governo a adoptar fórmulas simplificadas na concessão de créditos que viabilizem os seus Projectos de desenvolvimento.

Por seu turno, Eusébio Lambo Ministro dos Combatentes pediu aos Combatentes a apresentarem propostas de projectos sustentáveis e em função de actividades de geração de renda que vão de acordo as suas capacidades de imaginação. Lambo foi mais longe ao afirmar que os Combatentes devem mudar de atitude no que concerne a entrega no trabalho. “O tempo de pensar que tudo deve ser feito pelo Estado já passou para a história”. Os Combatentes devem estar na vanguarda da luta contra a pobreza, demonstrando que as suas experiências de luta são forças aglutinadoras projectar o futuro de uma forma cada vez mais sustentável.

Grandes decisões da IIª conferência dos combatentes

Uma das grandes tónicas que caracterizou a IIª Conferencia Nacional dos Combatentes teve a ver com o levantamento minucioso de problemas que afectam directamente os Combatentes no seu dia-a-dia. Em respostas a muitas inquietações apresentadas por delegados a Conferencia foram sugeridas algumas soluções a serem dadas a curto, médio e longo prazos como por exemplo: a necessidade de maior articulação interinstitucional

de forma a reduzir a morosidade que se verifica no processo da fixação e reconfirmação de pensões. Visando a regularização da dificuldade da aquisição de passagens aéreas, referiu-se que o Ministério dos Combatentes deve criar mecanismos mais funcionais e práticos na busca de soluções junto às Linhas Aéreas de Moçambique.

Projectos de sucesso, como os que foram partilhados no decurso da IIª Conferencia devem ser Replicados para outros Combatentes um pouco por todo o país. Uma outra componente bastante recomendada nos debates tem a ver com a Identificação de foco do negócio para evitar a dispersão do capital, dado que o exercicio de muitas ac-

tividades de negócio ao mesmo tempo pode trazer consequencias negativas, sobretudo no tocante a lucros.

No ambito da operacionalizacao do fundo de Paz e Reconciliacao nacional a toda uma necessidade de postar na capacitacao dos combatentes beneficiários em matérias de gestão de projectos.

Quanto aoprograma de preservacao de historia e patrimonio historico a IIª Conferencia decidiu que deve ser impulsionado o espiritode educação patriótica através de palestras, programas radiofónicos e televisivos,

Os combatentes devem transmitir à sociedade e às futuras gerações as suas experiências de amor à pátria, da Unidade Nacional e da solidariedade, através de realização de palestras, debates rádio-televisivos e outras manifestações socioculturais alusivas as comemorações do 40º aniversário da Independência Nacional. Há também uma necessidade de continuar a Incutir os valores nobres de nacionalismo, moçambicanidade, unicidade da pátria como inalienáveis, repudiando e denunciando todas as manifestações que incitem à violência e divisionismo do povo moçambicano e do país, em geral.

A Comissão interministerial deve solicitar informação a todos os níveis sobre os principais problemas que emperram na implementação integral do Estatuto do Combatente e o grau de cumprimento das decisões por ela emanadas. Para tal, as associações, a todos os níveis, devem criar um Fórum periódico de auscultação das suas realizações. No âmbito da inserção social, as associações dos combatentes devem promover a cultura de troca de experiências.



MOÇAMBIQUE

FMI recomenda contenção da dívida

MAPUTO - O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera ser fundamental que Moçambique reduza o ritmo de endividamento como forma de evitar que se chegue a um estágio de insustentabilidade. Uma missão daquela instituição financeira internacional concluiu, há dias, uma visita ao país para discussões com o Governo ao abrigo da quarta avaliação do Programa de Apoio a Políticas (PSI), com três anos de duração.

Falando no final da visita, o chefe da missão, Alex Segura Ubiergo, não se referiu a números, mas considerou que a dívida prevista no Orçamento de 2015, em Moçambique, é compatível com os níveis de endividamento necessários para manter a estabilidade macroeconómica. No entanto, observou que é posição da instituição que o ritmo de acumulação da mesma deve reduzir, comparativamente aos anos anteriores. "Não quer dizer que o país não pode

continuar a endividar-se para financiar investimentos. É possível continuar a financiar projectos prioritários de investimento através da dívida, mas o espaço para a sua contracção, ou seja, a quantidade de projectos ou volume de dívida não pode atingir os níveis que se observaram nos últimos dois anos", precisou Ubiergo. Para que isso seja possível, a fonte defende ser fundamental que o país melhore o sistema de planificação e priorização da gestão dos progra-

mas de investimento público. "Para nós a dívida é agora um factor de risco que deve ser avaliado e monitorado com grande cautela", observa o representante do FMI citado pelo Notícias. Ainda na sua avaliação, a missão do FMI considera que o desempenho económico de Moçambique permanece robusto e mais forte que na maioria dos outros países da África Subsariana.

A missão considera, igualmente, que o crescimento económico de Moçambique se vai situar nos sete por cento, menos 0,5 por cento em relação à previsão do Governo.

A instituição vê ainda riscos no nível de crescimento por si perspectivado devido ao declínio dos preços dos produtos primários e à necessidade de consolidação fiscal. "No médio prazo, prevê-se que Moçambique seja uma das mais dinâmicas economias do Continente Africano, com taxas de crescimento médias de oito por cento entre 2016 e 2019".

Para o Fundo Monetário Internacional, os planos de Moçambique para desenvolver o seu sector de petróleo e gás na Bacia do Rovuma irão representar um dos maiores investimentos em África (até 100 biliões de dólares) e poderão transformar o país no terceiro maior exportador mundial de Gás Natural Liquefeito (GNL).

"A missão apreciou os desenvolvimentos positivos ocorridos nos últimos meses, incluindo a aprovação de nova legislação que poderá ajudar a trazer aos projectos uma decisão final de investimento em 2015. Embora se preveja que estes projectos venham a proporcionar elevadas receitas fiscais depois de cerca de uma década, o foco em outros sectores da economia é essencial para que o crescimento se torne mais inclusivo e gere oportunidades de emprego", observa a instituição.



DN CENTER LDA



Seu computador está te deixando louco?

Vamos até sua residência ou empresa e resolvemos o problema no local

Mais de 15 anos de experiência!

Computadores - Notebooks - Roteadores - Etc.

Recuperação de dados perdidos no disco ou flash recover file

Estamos na Rua Consiglieri Pedrosa N°246 R/C

Email: geraldncenter@gmail.com | Cell: 842495386, 877789071
Maputo-Mocambique

SEGUNDO BRUXELAS

Portugal pode começar a inverter austeridade

- O vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelo Euro, Valdis Dombrovskis, disse esta semana que face à descida do défice orçamental, há "espaço de manobra" em Portugal para se começar a pensar em inverter as medidas de austeridade implementadas durante o ajustamento.

Num encontro com jornalistas portugueses, em Bruxelas, o comissário indicou que terá oportunidade de "discutir com mais detalhe" com as autoridades portuguesas políticas orçamentais e macroeconómicas quando se deslocar a Portugal, em Junho, mas considerou que a evolução económica do país, resultante de um "esforço de reformas que é apreciado" em Bruxelas, permite começar a pensar em medidas como a reposição de salários, após os cortes introduzidos a título temporário.

O comissário lembrou que persiste "uma divergência" entre as previsões económicas do Governo e do executivo comunitário ao nível do défice, sobretudo para o próximo ano (a "Comissão Juncker" projecta um défice de 3,1% do PIB em 2015 e de 2,8% em 2016, enquanto o executivo de Pedro Passos Coelho aponta para 2,7 e 1,8%, respectivamente), mas considerou que, em termos gerais, a avaliação de Bruxelas é de que "o esforço de reformas em Portugal está a produzir resultados".

"Mesmo com esta divergência (de projecções), vemos que o défice está a descer, pelo que há um certo espaço de manobra para alterar as medidas temporárias introduzidas durante a crise. Irei a Portugal em junho para discutir com mais detalhe com as

autoridades portuguesas os planos orçamentais e macroeconómicos, e não posso por isso entrar em detalhes. Mas diria que, em geral, há espaço para começar a trabalhar nisso (reposição de salários), quanto a isso não há grande divergência", afirmou.

O comissário da Letónia lembrou no entanto o princípio geral defendido pela Comissão, para Portugal e para todos os Estados-membros, de que "os salários devem crescer em linha com o crescimento da produtividade". A poucos dias de se completar um ano do final do programa de assistência a Portugal (17 de Maio), o vice-presidente da Comissão faz um balanço positivo do ajustamento levado a cabo, apontando que o país "está a recuperar da crise financeira e económica que enfrentou, regressou ao crescimento

económico - as estimativas da Comissão para o crescimento para este ano e próximo "estão mais ou menos em linha com a média da UE", disse - e "vê-se também um declínio gradual na taxa de desemprego, embora permaneça ainda muito alto, assim como uma redução no défice orçamental".

"Portanto, em termos gerais, podemos dizer que os esforços de reformas que Portugal tem levado a cabo está claramente a produzir resultados e é apreciado", disse, acrescentando que subsistem, no entanto, "vários desafios" - como a necessidade de reduzir a dívida pública e privada, e assegurar a capacidade do sector bancário em financiar a economia real -, pelo que "há todas as razões para assegurar que as finanças públicas permanecem no caminho certo".

PORTUGAL

Municípios acusam Governo de ficar com fundos comunitários

- O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Manuel Machado, disse haver indícios de que o Governo quer aplicar fundos comunitários destinados às autarquias em investimentos da administração central.

"Há problemas" e "enormes dúvidas", designadamente em relação aos mapeamentos da aplicação dos fundos europeus, no âmbito do programa Portugal 2020, "em que é indiciado que a administração central está a querer encaixar financiamentos disponibilizados e destinados aos municípios em operações, investimentos, intervenções que são da responsabilidade da administração central", afirmou Manuel Machado.

"Isto é altamente preocupante", salientou o presidente da ANMP, que falava aos jornalistas, ao início da tarde, em Coimbra, depois de ter participado numa reunião do Conselho Directivo da Associação, durante a qual foram debatidas as conclusões do encontro da ANMP com o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Poiares Maduro, realizado no dia 05.

Há "uma enorme demora" em "pôr no terreno" a aplicação dos fundos europeus atribuídos a Portugal no âmbito da parceria



Portugal 2020, sublinhou Manuel Machado, considerando que essas verbas, que constituem "o principal instrumento financeiro" de que o país dispõe até 2020, "estão a fazer falta".

Na altura em que o programa Portugal 2020 ficou acordado entre o país e a União Europeia, o então presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, disse que "vinha para Portugal, com a parceria Portugal 2020, uma pipa de massa" e os documentos confirmam isso.

"Mas, efectivamente, não há modo de se abrir a torneira da pipa e é preciso pôr esse dinheiro ao serviço da comunidade", alertou o líder da ANMP, que também é presidente da Câmara de Coimbra.

O apoio comunitário, disponibilizado através da parceria Portugal 2020, "tem de ser posto ao serviço da comunidade", mas "partilhando os desafios e integrando os municípios", sustentou Manuel Machado.

SEGUNDO FILIPE NYUSI

Paz e unidade nacional são prioridades para desenvolvimento do país

- O Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi cumpriu ontem o segundo dia da visita de trabalho à Província central de Sofala com uma escala no Distrito de Chemba onde dirigiu um comício popular. Na Vila-sede do Distrito de Chemba Filipe Nyusi reiterou que a paz e a unidade nacional são as prioridades do Executivo para o desenvolvimento do país.

BEIRA – Falando no comício popular por ele dirigido Filipe Jacinto Nyusi disse que é com a paz e unidade nacional que o país pode registar os índices de desenvolvimento aumentando deste modo a produção e a produtividade. Emprego para os jovens, desenvolvimento humano social, construção de mais infra-estruturas constam entre outras matérias para o bem-estar socioeconómico do país.

Com efeito segundo Chefe do Estado moçambicano há necessidade de todos viverem em união sem discriminação de cor partidária, religião de modo a se combater o inimigo comum que é a pobreza. “Paz, unidade nacional e nós termos o nosso país, termos a nossa soberania factores principais. Sem a paz e sem união não vamos fazer nada, nem vamos dançar, não vamos produzir, então a paz, a unidade nacional e soberania é a nossa primeira prioridade que os moçambicanos inscreveram e a nossa Assembleia da República aprovou.

Nosso objectivo principal é tudo fazer para o bem-estar de todos os moçambicanos sem discriminação. Nós queremos diminuir a diferença entre a cidade e o campo. Aquilo que acontece na cidade deve acontecer aqui na zona rural, se lá tem energia, aqui deve ter energia, se lá tem água, aqui tem que ter água, se lá tem hospital, aqui deve ter hospital, se lá tem banco, aqui tem que ter banco, se lá tem telefone, aqui tem que ter telefone, esta é a nossa preocupação e o nosso programa de governação está a seguir esses objectivos. Por isso, a paz, a



unidade nacional porque a guerra não pode nos atrapalhar. Ninguém pode nos dividir porque queremos desenvolver este país”, Chefe do Estado moçambicano Filipe Jacinto Nyusi apelando aos moçambicanos ao diálogo para o crescimento socioeconómico. O Presidente da República falava na manhã de ontem em comício popular na Vila-sede de Chemba, região a norte de Sofala. Ainda na tarde de ontem Filipe Nyusi orientou a sessão ordinária do Governo Distrital alargada aos membros do Conselho Consultivo e outros quadros. Ainda encontrou-se com os pescadores locais e veteranos de luta de libertação nacional.

SINTIHOTS em sintonia para o bem dos trabalhadores

Av. Eduardo Mondlane 1267
Telefax 21- 320409 - CP. 394 | Cells: 82 4315620-82 7690120
E-mail: Sintihots@tvcabo.co.mz
Maputo - Moçambique



A ÁGUA DE MOÇAMBIQUE



MOÇAMBIQUE

Mais de 5 mil escolas aguardam reabilitação

MAPUTO - O país conta actualmente com cerca de 13 mil escolas, perto da metade das quais (cerca de 45 por cento) construídas com base em material local, na sua maioria pelos pais e encarregados de educação, no sentido de garantirem condições de aprendizagem condignas.

A informação, segundo escreve o Notícias, foi avançada pelo ministro da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Jorge Ferrão, que acrescentou que trabalhos já estão em curso visando a reabilitação de parte daqueles estabelecimentos de ensino.

"Precisamos de reabilitar entre 42 e 44 por cento das nossas escolas. Temos um número global de cerca de 13 mil escolas e estimamos que cerca de 5700 precisam de trabalhos de reabilitação com vista a melhorar as condições de acolhimento da actividade lectiva", disse.

Falando na semana passada a jornalistas, à margem da entrega de carteiras à Escola Primária do 5.º Bairro "B", no distrito de Chókwè, província meridional de Gaza, Ferrão anunciou a angariação de material de construção para a edificação de três salas de aula naquela escola.

"Diversos parceiros de cooperação no sector da Educação têm vindo a contribuir com material de construção, e até agora conseguimos cimento, chapas de zinco e outro material que vai permitir erguer pelo menos três salas em

substituição das outras construídas com base em material precário", avançou o ministro.

Além disso são necessárias perto de 800 mil carteiras escolares para suprir o défice que se regista e reduzir o número de crianças que estudam sentadas no chão, sobretudo no Ensino Primário.

Nas intervenções com vista a resolver o problema de carteiras, o governante mencionou a existência de oito contentores contendo um total de 15.200 carteiras que serão distribuídas pelas escolas das centrais província de Tete e Zambézia e nortenha de Niassa.

Ferrão esclareceu ainda que o défice de carteiras que regista nos últimos anos está aliado à pressão demográfica que obriga a que anualmente haja pelo menos 300 mil novos ingressos, número que o país não está ainda a absorver a totalidade das crianças com idade de ingressar pela primeira vez nas unidades de ensino.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COM MINEDH

Movitel oferece salas de informática às escolas secundárias públicas do país

- A Movitel vai doar uma sala de informática completa com acesso a Internet grátis às escolas secundárias públicas em todas as 11 províncias moçambicanas.

Numa primeira fase, uma escola secundária por província será beneficiada com a excepção de Zambézia e Nampula que beneficiarão de duas salas de informática - uma para Quelimane e outra para Mocuba na Província da Zambézia e Nacala e Nampula na Província nortenha moçambicana de Nampula. Esta contribuição enquadra-se no programa de responsabilidade social da Movitel, baseado também no reconhecimento da importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no desenvolvimento da sociedade e como o futuro está directamente ligado a informação.

Para o terceiro ano de operação em Moçambique, a operadora de telefonia móvel com a filosofia 'caring innovator', associando negócios a actividade de responsabilidade social, aposta no apoio as crianças de uma forma geral e com particular enfoque para a educação.

A Movitel assina este compromisso em nome de todos os cinco milhões de clientes a quem agradece pela confiança, e porque sem eles não seria possível o contributo significativo que a empresa traz para o desenvolvimento do país.

Para o efeito a Movitel e o Ministério da Edu-

cação e Desenvolvimento Humano liderados pela PCA e o titular da pasta de educação procedem hoje à assinatura do memorando de entendimento.

De referir que a Movitel tem em vista para este ano e no apoio à criança, contributo para o combate a violência infantil e o apoio a primeira infância.

Esta não é a primeira vez que a Movitel se sensibiliza e apoia o sector da educação, salientar que a quando da sua entrada em Moçambique ofereceu o acesso grátis a Internet a cerca de 2.500 escolas no país, projecto que continua em vigor até ao momento.

ROTA DE FUGA AO FISCO

Autoridade Tributária apresenta Mercadorias apreendidas

MAPUTO - A Autoridade Tributária de Moçambique apresenta esta Quinta-feira, dia 14 de Maio, diversa mercadoria apreendida recentemente, na rota de fuga ao fisco, em vários locais do país, com destaque para a Província de Maputo.

Grande parte da mercadoria é referente a um contentor de 40 pés que contém trezentas mesas de vidro, 446 mesas de madeira, espelhos para quartos. Para além desta, constam 30 mil litros de gasolina, 36 mil litros de gasóleo, consideráveis quantidades de

calçado, vestuário, televisores LCD, bebidas alcoólicas, cosméticos, entre outras.

Uma avaliação preliminar indica que o valor aduaneiro da mercadoria apreendida é de aproximadamente 1.000.500,00 MT (um milhão e quinhentos meticais).

AOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

Executivo pretende assegurar gozo pleno dos direitos consagrados nos estatutos

- O Governo da Província central da Zambézia reafirma a sua disponibilidade de trabalhar de forma que a classe dos enfermeiros naquela região do país goza em pleno os seus direitos consagrados nos Estatutos Gerais dos Funcionários e Agentes do Estado.

QUELIMANE – A secretária permanente da Província da Zambézia Elisa Somane proferiu estas palavras nesta terça-feira na capital provincial durante as comemorações de 12 de Maio, Dia Internacional do Enfermeiro, esta semana assinalado.

Segundo Somane com a aprovação recente do Decreto 31/2012 de 31 de Dezembro que visa regularizar o programa dos funcionários em situação irregular abre-se uma nova janela de esperança para a classe dos enfermeiros e outros funcionários e agentes do Estado na província.

"Nós achámos termos dado um passo impor-

tante no cumprimento deste dispositivo legal e daquilo que estamos a fazer como análise e avaliação das nossas estatísticas consideramos que de forma particular no sector da Saúde o universo de funcionários que estava abrangido por esse dispositivo legal já tem a sua situação regularizada. Naturalmente, reconhecemos também que há dois fóruns que temos que

continuar de modo a regularizarmos parte daqueles agentes que não estavam abrangidos por esse dispositivo. Todo esse esforço visa criar condições para que todos os funcionários e agentes do Estado tenham a sua situação regularizada e por via disso enquanto estivermos na situação de reforma possamos ter parte dos nossos direitos salvaguardados", Elisa Somane secretária permanente do Governo da Província central da Zambézia.

Na Cidade de Quelimane a celebração da data foi antecedida por uma marcha pelas artérias da urbe seguida de deposição de uma coroa de flores na Praça dos Heróis moçambicanos e uma missa em memória dos trabalhadores da saúde falecidos.

VILA DE NHAMAYÁBWÈ

Habitantes passam a consumir água potável a partir de Junho próximo

- Mais de vinte e dois mil habitantes da Vila Municipal de Nhamayábwè, Distrito de Mutarara na Província central de Tete passam a consumir água potável a partir de finais do próximo mês de Junho.

TETE – Para a concretização deste projecto nove quilómetros de tubagem já foram estendidos por toda a vila estando na fase de finalização dois tanques sendo um elevado e o outro semi-enterado com uma capacidade global de quatrocentos e cinquenta metros cúbicos.

Estão igualmente concluídos catorze fontanários dos quais nove novos e cinco reabilitados.

O governador da Província central de Tete Paulo Auade visitou esta semana as obras do sistema de distribuição de água e apelou à empresa fis-

calizadora a cumprir com os prazos estabelecidos de modo a prover o mais rápido possível a água à população da Vila Municipal de Nhamayábwè.

Paulo Auade instruiu igualmente o Conselho Municipal da Vila de Nhamayábwè a adjudicar o sistema de abastecimento de água a uma empresa capacitada para permitir a durabilidade da infraestrutura.

"O trabalho que nós estamos a fazer junto das comunidades, vai permitir que estas tenham muita água, mas com custos que a população deve

suportar de forma simbólica. Não é para quando chegar a termos água começarmos a fazer consultas comunitárias. Esse trabalho deve começar a ser feito agora, antes de o sistema entrar em funcionamento. Já estamos atrasados e as comunidades devem dominar bem as novas tarifas", Paulo Auade governador da Província de Tete quando interagiu com os fiscais da obra do sistema de abastecimento de água potável que está a ser erguido na Vila Municipal de Nhamayábwè, no Distrito de Mutarara.

PROMOVIDO PELA PLAIN INTERNACIONAL

Casamentos prematuros discutidos num acampamento em Jangamo

- A problemática de casamentos prematuros na Província de Inhambane é tema de discussão de um acampamento que junta desde a última terça-feira perto de cem raparigas no Distrito de Jangamo.

INHAMBANE – Pretende-se com o acampamento promovido pelo PLAIN Internacional, uma organização não-governamental que operara na província influenciar a redução de gravidez precoce, doenças de transmissão sexual, incluindo HIV/SIDA males que minam o futuro da rapariga. A coordenadora de Programa Crianças e Género na PLAIN Internacional acredita que as raparigas que participam do acampamento irão adquirir conhecimentos suficientes que lhes permitirão a tomada de melhor decisão sobre a sua vida.

"Queremos que durante os quatro dias que estaremos presentes nesta sala seja um momento de aprendizagem e convívio entre os participantes que de certeza vai acontecer mas queremos que das raparigas aqui presentes possamos espelhar todas que não podem estar aqui, mas vocês estarão a falar em nome dessas meninas mostrando as preocupações que as meninas têm mostrando que as meninas sim tem força, tem poder e que vale a pena investir na educação da rapariga como uma saída para o combate à po-

breza para o desenvolvimento do país", disse a coordenadora de Programa Crianças e Género na PLAIN Internacional.

A comandante da Polícia da República de Moçambique (PRM) em Jangamo Olívia Cumbe, congratula a iniciativa da PLAIN Internacional e espera que a mesma possa contribuir no combate aos casamentos prematuros.

Neste acampamento participam igualmente algumas raparigas que engravidaram precocemente. Hoje são mães e contam em primeira mão os dissabores por que passaram.

"Foi muito difícil, deixei de frequentar a escola e tive de ir ao lar. A gravidez é complicada. Parei no terceiro trimestre e não sabia que podia engravidar de qualquer maneira", participantes do acampamento promovido pela PLAIN Internacional no âmbito de combate aos casamentos prematuros. As raparigas que participam do evento que termina amanhã, sexta-feira provêm das localidades e postos administrativos de Jangamo, Província de Inhambane.

Governo do Japão doa equipamento de desminagem à Moçambique

MAPUTO - O Governo japonês ofereceu esta semana a Moçambique diverso equipamento, avaliado em mais de dois milhões de meticais (um dólar equivale a cerca de 34 meticais ao câmbio corrente), para a desminagem dos explosivos remanescentes da guerra de libertação e dos 16 anos.

O acto teve lugar em Maputo e foi testemunhado por membros do Instituto Nacional de Desminagem e representantes do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD).

O equipamento também vai permitir a formação de oficiais da Polícia da República de Moçambique (PRM) sobre as técnicas de destruição de material explosivo.

“Dedicamos o nosso apoio à construção de uma nação e um mundo amante da paz, bem como promover o conceito de alcance da segurança humana. Esta entrega marcará mais um passo importante, não só para se estar livre de minas, mas também para a eliminação de resíduos explosivos em Moçambique”,

disse o embaixador japonês acreditado em Moçambique, Akira Mizutani.

Segundo o diplomata, o governo nipónico já contribuiu com mais de 10 milhões de dólares norte-americanos nas actividades de desminagem em Moçambique.

“O Governo do Japão mostra-se satisfeito com essa doação, na medida em que Moçambique irá brevemente declarar-se livre de minas”, disse Mizutani.

Por seu turno, a representante do PNUD e Coordenadora da das Nações Unidas em Moçambique, Jennifer Topping, afirmou que o presente apoio representa um marco importante no Plano Nacional de Acção Contra Minas.

“Este apoio preconiza a desminagem de to-

das as áreas minadas. O mesmo vai criar uma capacidade sustentável para a gestão da ameaça residual de explosivos remanescentes de guerra”, afirmou Topping, que também reconhece que alguns engenhos explosivos, até então, não detonados continuarão a constituir um perigo para as populações.

“Estamos cientes que os engenhos não identificados continuarão a vitimar”, disse a coordenadora, reiterando que a Polícia será preparada na identificação e desactivação de engenhos explosivos perigosos.

Segundo o director do Instituto Nacional de Desminagem, Alberto Augusto, o equipamento vai ajudar a polícia moçambicana a responder aos alertas públicos sobre a ocorrência de eventuais engenhos explosivos.

Explicou que existe uma zona na província meridional de Inhambane que não será desminada pelo facto de continuar inundada depois das cheias de 2000.

“Temos três zonas com lagoas na província de Inhambane que, provavelmente ficarão por toda a vida minadas, uma vez que não temos tecnologias para operar em zonas inundadas”, disse.

Surto de cólera controlado na Província do Niassa

- Na Província nortenha do Niassa está controlado o surto de cólera que afectou algumas regiões daquela parcela do país de Janeiro a Abril deste ano.

LICHINGA – Neste momento o centro de tratamento de cólera das Cidades de Cuamba e de Lichinga já não registam a entrada de pacientes com a doença. Este ano treze pessoas morreram vítimas de cólera dos mais de oitocentos e quarenta e um casos notificados nesta província. Mesmo assim o director provincial de Saúde no Niassa José Manuel sublinha a necessidade de intensificação de medidas de combate a esta doença.

“Apesar de termos estado a registar uma redução

significativa de casos de diarreias ao nível da nossa província as acções de sensibilização da população para a prevenção destas diarreias continuam portanto a acontecer de forma que a estabilização se mantenha”, José Manuel director provincial da Saúde no Niassa e as medidas visando a erradicação de doenças de origem hídrica na província.

José Manuel anunciou que a Província nortenha do Niassa recebeu mais de novecentos kits de vários medicamentos, uma quantidade que

suporta um período de seis meses.

“Trata-se de medicamentos para tratar a malária, a pneumonia nesta altura que está a fazer muito frio portanto começam a aumentar bastante os casos de doenças de fórum respiratório daí que temos antibióticos para o tratamento destas doenças”, referiu.

“A Província nortenha do Niassa possui medicamentos para cobrir os próximos seis meses”, disse o director provincial da Saúde no Niassa José Manuel.

Governo aprova regulamento do trabalho mineiro

MAPUTO - O Governo moçambicano aprovou esta terça-feira, em Maputo, o regulamento do trabalho mineiro, um instrumento que visa assegurar a fiscalização das condições de trabalho e promover a protecção da actividade mineira no país. O documento, cuja regulamentação está estabelecida na Lei do Trabalho, define ainda as normas incidentes na protecção da saúde, integridade física e moral, idade mínima para o trabalho mineiro e duração da prestação de trabalho.

Com este instrumento legal, o país passa a dispor de uma norma específica para as relações laborais para as áreas de exploração mineira e petrolífera.

Falando em conferência de imprensa, minutos após o término da 14ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, explicou que este regulamento também tem por objectivo garantir as condições logísticas adequa-

das para os trabalhadores das minas no país e no estrangeiro.

Segundo Diogo, outro factor que se revelou prioritário para a regulamentação da actividade mineira no país é a distância que separa as empresas mineradoras das residências dos trabalhadores.

“O trabalho mineiro se realiza em condições anormais, aliado ao facto das minas se localizarem longe das zonas residenciais, o que exige dos empregadores a criação das condições logísticas para o alojamento adequado aos acampamento”, disse.

A governante frisou que o documento dá primazia a empregabilidade da mão-de-obra interna, de os trabalhadores obterem um contrato de trabalho por escrito, exames médicos regulares como forma de aferir possíveis riscos de saúde, fornecimento de refeições diárias à título gratuito, incluindo assistência médica e medicamentosa,

períodos de descanso, seguro colectivo contra acidentes e doenças profissionais, alojamento, obrigatoriedade de provisão de formação profissional, entre outros.

Referiu que a assistência médica e medicamentosa é dada nas plataformas, pelo que serão criadas condições para efeito, assim como a obrigação de provisão de formação profissional dos trabalhadores, o empregador deverá dar assistência, ao abrigo da legislação.

A ministra destacou três equipas ministeriais, nomeadamente, do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Recursos Minerais e Energia e da Saúde, que terão a missão de fiscalizar a aplicação da lei.

Segundo Diogo, com este documento legal, quando as fiscalizações descenderem, já não vão trabalhar com uma lei genérica, vão ter em conta as especificidades da área de exploração mineira e petrolífera.

CONSERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE CEREAIS

Executivo investe na construção de complexos de silos no país

- Noventa e seis milhões de dólares norte-americanos estão a ser investidos no país na construção de oito complexos de silos para a conservação e armazenamento de cereais.

BEIRA – A informação foi avançada esta terça-feira pelo director-geral de Bolsas de Mercadorias de Moçambique António Grispos à margem da inauguração do complexo de silos de Nhamatanda, cujas cerimónias foram dirigidas pelo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi.

António Grispos disse na ocasião que as oito unidades de silos que vão entrar em funcionamento neste ano no país terão uma capacidade de conservar e armazenar cerca de setenta e oito mil toneladas de cereais. De acordo com o director-geral de Bolsas de Mercadorias de Moçambique com a materialização deste projecto o Governo moçambicano

pretende regular o valor de compra e vende de cereais, bem como garantir a segurança alimentar no país. “Neste momento os camponeses são obrigados praticamente a negociar a sua produção quase na premissa da colheita porque não têm condições de armazenamento o que implica uma mais-valia em termos financeiros para

eles. Tem também uma outra vantagem pois o Estado passa a contar com mais unidades do qual dispõem de capacidade de armazenamento para a segurança alimentar. Nós sabemos que Moçambique é um país que ciclicamente é assolado por crises extremos, seca ou cheias e esses factores trazem défice na cadeia de alimentação. Com os silos conseguimos suprir as necessidades tendo uma capacidade de armazenamento para cobrir essas carências”, disse António Grispos director-geral da Bolsa de Mercadorias de Moçambique e os projectos em curso para a construção de oito complexos de silos no país, empreendimentos que vão garantir a conservação e armazenamento de setenta e oito mil toneladas de cereais.

AGRICULTURA DE CONSERVAÇÃO

Camponeses incrementam níveis de produção em Marera

- No Posto Administrativo de Marera, Distrito de Macate na Província central de Manica aumentam os índices de produção agrícola mercê da prática de agricultura de conservação.

CHIMOIO – Alguns camponeses consideram que o rendimento por hectare melhorou consideravelmente propiciando um excedente agrícola que é vendido para a satisfação das necessidades básicas. A construção de casas com material convencional, aquisição de motorizadas e bicicletas e o envio dos filhos às escolas da capital provincial são alguns exemplos da melhoria da qualidade de vida dos camponeses. O projecto de agricultura de conservação em curso desde o ano passado no Distrito de Macate é implementado pela União dos Camponeses de Manica (UCAMA) com o apoio técnico de Ajuda Popular da Noruega. Num

período de quatro anos o projecto vai abranger mais de oito mil camponeses na Província central de Manica. O presidente daquela organização José Basiketa disse que a iniciativa consiste na transmissão aos camponeses das novas tecnologias de cultivo baseadas na cobertura vegetal dos solos, rotação de culturas entre outras técnicas. Esta segunda-feira técnicos da União dos Camponeses de Manica e parceiros deslocaram-se aos campos de demonstração no Distrito de Macate para a monitorização do projecto, onde José Basiketa teceu as seguintes considerações:

“Estamos a fazer todas as tentativas de introduzir novas técnicas para os nossos produtores poderem produzir em quantidade e qualidade produtos alimentares, nossa principal preocupação. Depois de assegurar a alimentação o excedente é reservado para a comercialização. Então, estamos a trabalhar com vários parceiros que nos apoiam neste tipo de agricultura de conservação e constatámos que este modelo de agricultura está a trazer resultados positivos”, presidente da União dos Camponeses de Manica José Basiketa falando depois de visitar os campos de demonstração prática de agricultura de conservação no Distrito de Macate acto ocorrido na passada segunda-feira.

Estamos comprometidos em oferecer-lhe **Dentes Mais Fortes**

Você irá sair do nosso consultório com vontade de dar dentadas em tudo gostoso que lhe aparecer pela frente!

Marque connosco!



...é mais saúde.

NA VIZINHA ÁFRICA DO SUL

Mineiros moçambicanos mantém participação no 1º de Maio no país natal

MAPUTO - Trabalhadores moçambicanos nas companhias mineiras e agrícolas (farmas) na República da África do Sul (RAS) garantiram a sua presença nas comemorações do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador no país, de forma a despertar consciência junto da sociedade, não apenas sobre a sua existência, como também para reforçar a necessidade de se olhar para este grupo de cidadãos como parte activa na produção de riqueza e para o desenvolvimento do país.

Para este ano, 12 trabalhadores moçambicanos, incluindo uma mulher mineira, estiveram no desfile do 1º de Maio em Maputo deste ano para manifestar esse sentimento, tendo participado nas cerimónias de deposição de coroa de flores na Praça dos Heróis Moçambicanos e nos desfiles que tiveram lugar na Praça dos Trabalhadores.

As entidades patronais nas minas e companhias agrícolas sul-africanas já estão sensibilizadas nesse sentido, que têm vindo a autorizar e a criar facilidades para a vinda dos trabalhadores a Moçambique durante as comemorações do Dia Internacional do Trabalhador. Para este ano, e em jeito de solidariedade, a delegação dos mineiros contou com uma representante do patronato da companhia mineira de platina Lonmin, baseada em Rustenburg, a região com o maior número de moçambicanos nas minas na RAS.

Actualmente, está em curso o processo de emissão de documentos de identificação pessoal de trabalhadores que se encontram naquele país, bem como a legalização dos se encontram a trabalhar sem qualquer documentação, sobretudo nas farmas, levado a cabo pelo Governo moçambicano, como uma das acções enquadradas na assistência da mão-de-obra nacional na diáspora.

A campanha de emissão de documentos recomendados pelas autoridades migratórias sul-africanas para os cidadãos estrangeiros a viver ou a trabalhar naquele país, incluindo os moçambicanos, iniciou em 2 de Setembro de 2014, tendo a primeira fase incidido nos trabalhadores das minas, através de brigadas móveis, enviadas directamente para os seus locais de trabalho.

Para o efeito, a Delegação do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) na RAS, em coordenação com

as companhias mineiras e agrícolas que empregam trabalhadores moçambicanos, sobretudo aqueles que ainda não têm passaportes biométricos, definiu as regiões e os grupos a serem contemplados em todas as fases, cujo registo está a ser feito pela Direcção Nacional de Identificação Civil de Moçambique (DIC).

O Governo do nosso país já está a trabalhar, de forma acelerada, tendo em conta a salvaguarda dos seus cidadãos que se encontram em situação de portadores de documentos que deixarão de ter validade nos finais do ano em curso, isto é, os não biométricos.

As regiões de maior presença de trabalhadores moçambicanos nas minas da RAS são as de Joanesburgo, Carletonville, Klerksdorp e Rustenburg, enquanto as de Limpopo e Mpumalanga recebem trabalhadores para as companhias agrícolas, na sua maioria.

PELA INSPECÇÃO DO TRABALHO

Quatro trabalhadores estrangeiros ilegais interpelados e suspensos

NAMPULA - No prosseguimento de acções de fiscalização do cumprimento da legislação laboral em vigor no país, a Inspecção-Geral do Trabalho (IGT) na Província de Nampula suspendeu, durante a semana passada, a ligação que três cidadãos estrangeiros mantinham com algumas empresas que operam nas regiões de Nampula e Nacala-Porto, por se encontrarem a trabalhar fora das regras recomendadas em Moçambique para esse tipo de mão-de-obra. Assim sendo, os três indivíduos, nomeadamente 1 sul-africano, de nome Jack Truther, que se encontrava a trabalhar na empresa Modo Moyo e três de nacionalidade chinesa, de nomes Dong Lei, Feng Yui e Tang Yang, todos estes da Empresa Projectam China, já

foram suspensos imediatamente, encontrando-se a respectiva documentação agora em curso, visando o seu repatriamento, enquanto as empresas contratantes estão a ser sancionadas nos termos da Lei do Trabalho e dos demais diplomas legais, conforme o previsto no que concerne à contratação de mão-de-obra estrangeira para emprego em Moçambique.

A operação inspectiva, que culminou com a detecção da presença dos estrangeiros ilegais, abrangeu 343 trabalhadores, entre os quais 42 do sexo feminino, de um total de 18 empresas, a qual incidiu nos sectores do Comércio, Indústria Hoteleira, Ensino, Indústria Panificadora, Prestação de Serviços e na

Saúde.

No total foram sancionadas 9 empresas, devido a reincidência no concernente à falta de cumprimento da legislação laboral em vigor, enquanto outras 70 foram advertidas, também na sequência de várias infracções detectadas, entre as quais, para além da violação dos mecanismos sobre a contratação de mão-de-obra estrangeira, se destacaram a falta de celebração de contratos deduzidos por escrito, equipamento de protecção individual e colectiva, extintores contra incêndios, regulamento colectivo e seguro colectivo. Entretanto, o período em análise foi calmo, em termos de paz laboral pois, não houve registo de nenhuma greve.



«Deseja informação sobre o Governo de Moçambique, onde e como encontrar serviços públicos? Acede ao portal do Governo da República de Moçambique através de www.portaldogoverno.gov.mz»



SEGUNDO FMI

Retomada do Brasil depende de ajuste fiscal, mas mais reformas são necessárias

O FMI (Fundo Monetário Internacional) alertou nesta terça-feira que a retomada da economia brasileira vai depender da execução do ajuste fiscal proposto pelo governo, mas sugeriu que mais medidas, entre reformas estruturais, seriam necessárias para assegurar a sustentabilidade econômica do país no futuro.



As considerações constam do relatório do artigo IV sobre o Brasil — análise anual que o Fundo faz sobre as economias de diversos países.

"A implementação bem-sucedida da estratégia de ajuste fiscal e outras ações de política econômica devem contribuir para fortalecer a confiança e ajudar a recuperar o investimento na última parte de 2015, criando a base para que o crescimento positivo volte a ocorrer em 2016", diz o texto.

"É preciso favorecer um ajuste que reduza a pressão fiscal de longo prazo. Realizar reformas estruturais que reduzam a complexa estrutura de destinação dos recursos e determinar limites para o crescimento de gastos de áreas — como saúde e educação, teriam benefícios de longo prazo".

Entre as reformas propostas pelo Fundo estão a redução dos gargalos de infra-estrutura, a simplificação dos tributos, a abertura da economia, a melhoria da alocação de recursos, a reforma previdenciária e a revisão da fórmula de indexação do salário mínimo. "Reformas estruturais amplas são fundamentais para melhorar a capacidade produtiva do país, especialmente ao reduzir o custo de fazer negócios e fomentar os investimentos, e ancorar um crescimento equilibrado, sustentado e forte", afirma o texto.

Produto Interno Bruto

A previsão do FMI é de que o PIB (Produto Interno Bruto, ou a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país) do Brasil

registre queda de 1% neste ano.

No relatório, o órgão traça um raio-X do momento econômico do país em 2014 e faz recomendações para o futuro. Também dá especial atenção às medidas de ajuste fiscal propostas e parcialmente executadas pelo actual ministro da Fazenda, Joaquim Levy, à luz de uma actividade mais enfraquecida. O Fundo acrescenta ainda que a perspectiva para a economia brasileira está sujeita a "riscos descendentes significativos", incluindo "o racionamento de energia e água por causa da seca, os possíveis desdobramentos do caso Petrobras e um ambiente internacional mais adverso".

Concluído no início de março deste ano, o relatório não leva em consideração o impacto de alguns anúncios recentes, como as MP (Medidas Provisórias) 664 e 665, que mudam as regras dos benefícios sociais.

Cenário pessimista

No relatório, o FMI confirmou o cenário negativo da economia brasileira nos últimos anos.

"O crescimento por meio de reformas feitas há décadas — que ampliaram o rendimento do trabalhador - e de condições externas favoráveis - que permitiram o consumo e o crescimento baseado no crédito e redução sustentável da pobreza — perdeu vigor", disse o FMI.

"O investimento tem sido lento, reflectindo a redução da competitividade, a piora do ambiente de negócios, e a queda no preço internacional das commodities. O consumo

também se moderou apesar do forte incremento da renda, à medida que a criação de empregos se interrompeu e as condições financeiras se comprimiram, afectando a renda das famílias e a confiança do consumidor".

O Fundo também destacou a escalada da inflação — que, segundo o IBGE, acumulou alta de 8,17% nos últimos 12 meses encerrados em Abril.

"Nos últimos anos, a inflação tem ficado próximo do teto da meta (de 6,5%), em parte devido a pressões dos salários, à indexação e, mais recentemente, à seca".

Apesar do contexto económico negativo, o relatório do FMI indicou que as reservas internacionais do Brasil, em torno de 360 bilhões de dólares, estão "altas" e fluxos de capitais permanecem "estáveis".

O órgão lembra que o Investimento Estrangeiro Directo (IED) financiou mais de 60% do défice de conta corrente (transacções de um país com o exterior, excluindo investimentos e serviços financeiros) em 2014 e os fluxos de investimento em carteira têm estado "flutuantes".

O FMI lembrou, contudo, que o menor crescimento e o desempenho fiscal mais fraco, com o aumento da dívida pública do governo central, afectaram a nota de crédito soberano (possibilidade de um país dar calote) do Brasil em 2014.

A agência Standard & Poor's reduziu o rating do Brasil para BBB- em março do ano passado, enquanto em Setembro outra agência, a Moody's, alterou para negativa a perspectiva de classificação de crédito do país.

Programas Sociais

No relatório, o FMI elogia os programas sociais do governo, como o Bolsa Família, mas diz que progressos adicionais dependerão "crucialmente do crescimento económico sustentável e forte".

"Nos últimos 12 a 15 anos, milhões de famílias foram retiradas da pobreza devido a políticas sociais e aumentos reais do salário mínimo. A desigualdade de renda também foi reduzida, e acesso à educação e à saúde se ampliou".

"Contudo, mais melhorias nos padrões de vida dependem de um crescimento durável, equilibrado e forte, para assegurar o crescimento contínuo do emprego e do financiamento sustentado dos programas sociais essenciais", afirma o Fundo.



Cientistas prevêm El Niño com 'efeitos substanciais' neste ano

- O El Niño está em curso na região tropical do oceano Pacífico e pode ter consequências graves até o fim do ano, informaram cientistas.

O fenômeno é causado por variações nas temperaturas do oceano e pode gerar secas e inundações em diversos países, inclusive no Brasil. Pesquisadores americanos anunciaram em Abril que ele havia começado, mas ainda estava "fraco".

Mas é possível que venha a provocar efeitos "substanciais", com episódios climáticos intensos a partir de Setembro, segundo o Bureau de Meteorologia da Austrália.

"Este não é um El Niño fraco", afirmou David Jones, gerente de monitoria e previsão climáticos do centro australiano.

"Sempre há um grau de incerteza em previsões sobre intensidade, mas todos os modelos sugerem que este será especialmente substancial."

Ciclo natural

Os El Niños costumam ocorrer com uma diferença de dois a sete anos entre eles, como parte

de seu ciclo natural.

Mas cada ocorrência do fenômeno é diferente, e, uma vez que começa, é possível prever como se comportará num período posterior de seis a nove meses, com um bom nível de precisão.

Para isso, cientistas operam bóias que medem a temperatura da água, correntes submarinas e ventos.

Os dados - junto com informações de satélite e observações meteorológicas - alimentam modelos computacionais feitos para prever o desenrolar do El Niño.

No entanto, não permitem saber sua intensidade ou duração, assim como possíveis áreas afectadas.

Cientistas vêm trabalhando na tecnologia para serem capazes de emitir alertas.

Eventos mais extremos

Espera-se que o El Niño gere eventos climáticos mais extremos com o aumento das temperaturas no planeta.

Um forte El Niño ocorrido há cinco anos estava ligado a chuvas de monções fracas no sudeste da Ásia, secas no sul da Austrália, das Filipinas e do Equador, nevascas nos Estados Unidos, ondas de calor no Brasil e enchentes no México.

Outro El Niño intenso era esperado durante a temporada de temperaturas recordes do ano passado, mas não se concretizou.

Eric Guilyardi, do departamento de meteorologia da Universidade de Reading, no Reino Unido, disse que isso ficará mais claro nos próximos meses como será o fenômeno desta vez.

"Saberemos durante o verão no hemisfério norte", afirmou.

Como a ciência mede um terremoto?

- O noticiário sobre os terremotos do Nepal novamente traz à tona termos técnicos para explicar a intensidade de tremores. Existem escalas criadas por geólogos para descrever o que se conhece como a "magnitude" deste tipo de evento.

A mais usada delas é a MW, que se baseia na energia liberada por um terremoto. Trata-se de uma escala aberta (não de zero a dez), que começa em 2,5. Esta é a magnitude da maioria dos tremores que ocorrem a cada ano - insignificante para ser percebida por pessoas, mas que é captada por instrumentos que medem as vibrações causadas pelos terremotos (sismógrafos).

Momento do tremor

Para fazer este cálculo, cientistas levam em consideração variáveis como o movimento de uma falha geológica e a força requerida para movê-la.

A escala é logarítmica. Isso significa que para cada número inteiro "aumentado", a diferença de força de um terremoto cresce consideravelmente: um tremor 6, por exemplo, libera 32 vezes mais energia que um 5. Um tremor de magnitude 7, em que começa a destruição mais severa por terremotos, é mil vezes mais "forte" que um 5.

Um terremoto de magnitude 8, por exemplo, libera força equivalente a seis milhões de toneladas de dinamite.

O tremor que causou o catastrófico tsunami de 2004 na Ásia foi o terceiro mais forte medido desde 1900 - mediu 9,3.

Segundo o Serviço Geológico Americano, há pelo menos 20 grandes terremotos no mundo a cada ano.

Mas a devastação causada por terremotos

não depende somente de sua magnitude, mas sim do planejamento das autoridades e mesmo das condições socioeconômicas das regiões afectadas.

Em Fevereiro de 2010, por exemplo, o Chile foi atingido por um terremoto de 8,8. Menos de 1 mil pessoas morreram, pois o país tem um sistema de reposta para emergências desenvolvido por causa de uma longa história de tremores, o que inclui o maior já registrado (9,5, em 1960).

No entanto, também em 2010, mais de 200 mil pessoas morreram no Haiti quando um tremor de magnitude 7,0 atingiu a capital, Porto Príncipe.

Já o Nepal, em apenas três semanas, foi atingido por dois tremores. O primeiro, de 7,8 de magnitude, matou mais de 8 mil pessoas no final de Abril.

Nesta terça-feira, o país foi atingido por um tremor de magnitude 7,3 que deixou dezenas de mortos e centenas de feridos.



Loja das meias abre portas em Maputo

- *E estabelece parceria com o estilista Taibo Bacar*

Com mais de 100 anos de história e prestígio no pronto-a-vestir, representando as mais distintas marcas internacionais, a Loja das Meias anunciou, esta semana, a sua chegada a Moçambique com a abertura de um novo espaço comercial em Maputo.

Esta nova loja representa um investimento de 1.5 Milhões de Dólares Americanos num espaço criado de raiz, um projecto com a assinatura de

Maria Macropoulos (da loja DHOW) e do Arquitecto Henrique Caleia Rodrigues e que se distingue pelo seu traçado elegante e de inspiração



africana.

A entrada de luz natural, os materiais escolhidos, com destaque para a madeira, e a decoração em tons suaves pretende realçar as peças e acessórios das grandes marcas internacionais, das quais se destacam: Marc Jacobs, Michael Kors, Moschino, Hoss, Missoni, Dolce&Gabbana, Hackett, Escada, Stella McCartney.

Segundo Pedro Miguel Costa, bisneto do fundador da Loja das Meias, "este projecto, criado de raiz, pretende conjugar a história e notoriedade da Loja das Meias num espaço inspirado na cultura Moçambicana. Por esta razão, estabelecemos uma parceria com o estilista moçambicano Taibo Bacar que terá as suas colecções à venda na loja de Maputo bem como em todas as Lojas das Meias de Portugal. Queremos promover um verdadeiro intercâmbio cultural e económico que represente uma mais-valia para os nossos Clientes."

Patrícia Guerra, Gerente da Loja das Meias em Maputo, acrescenta que "vamos trazer para Maputo as melhores marcas internacionais, as quais estarão disponíveis num espaço distinto que terá também uma área de lounge. Aquilo que ambicionamos proporcionar aos nossos Clientes é uma verdadeira experiência de aquisição de um bem exclusivo com um serviço de excelência e requinte."

O espaço de lounge pretende ser uma área dedicada ao lifestyle, arte e cultura, onde se possa beber um copo e tomar uma pequena refeição. E porque a moda e o design são expressões que se elevam quando convivem com outras formas de arte, estão previstas uma série de parcerias com artistas locais.

COKE STUDIO AFRICA 3

Regresso do show musical que celebra a música Africana

- *Depois do sucesso da 2ª temporada do Coke Studio Africa, a Coca-Cola, em parceria com a STV e a Kenya Airways, tem o prazer de anunciar o regresso daquele que é o seu maior show de música Africana.*

MAPUTO - O Coke Studio Africa, que ao contrário de outros programas musicais, é um show com um formato não competitivo, tem como objectivo juntar artistas e exibir a diversidade do talento musical Africano. Este show dá também a oportunidade aos novos artistas de trabalharem com alguns dos melhores produtores e talentos musicais, locais e internacionais.

Esta 3ª temporada do Coke Studio Africa irá contar com a presença de artistas de Moçambique, Nigéria, Quénia, Uganda e Tanzânia. Pela primeira vez, estes artistas irão colaborar num formato único de "mashups" - a última tendência na indústria da música global. Sendo a "celebração da música Africana" o seu elemento central, a nova temporada do Coke Studio Africa irá contar com as actuações e colaboração de artistas populares que deixaram uma marca nos seus cenários musicais locais, e novas estrelas da música.

No âmbito da sua parceria neste evento, a Kenya

Airways irá transportar todos os artistas e produtores do Coke Studio Africa. O alinhamento dos valores, crenças e princípios da Coca-Cola e desta companhia aérea foi a fundação estratégica para esta parceria.

Otome Oyo, Senior Brand Manager da Coca-Cola, referiu-se à 3ª temporada do Coke Studio Africa nos seguintes termos: "O nosso objectivo é reinventar a forma como a música capta a imaginação e o coração do nosso continente. O Coke Studio Africa 3 não só irá celebrar o nosso talento musical local, como irá permitir colaborações únicas que, na nossa opinião, os nossos consumidores e a nossa audiência querem ouvir".

E acrescentou: "Esta temporada do Coke Studio Africa promete ser a maior e a melhor, e nós temos algo para todos."

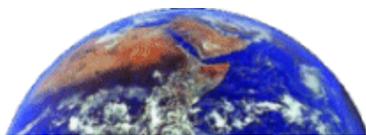
Alguns artistas desta temporada são Neyma, G2, Hernâni da Silva e Dama do Bling, de Moçambique; AVRIL, Wangeci, The Unstoppable Elani e

Jua Kali, do Quénia. Artistas como Yemi Alade e Vanessa Mdee vão regressar, e a "rainha Africana" da música sentimental, 2Face Idibia, irá juntar-se pela primeira vez a este alinhamento de estrelas. Outros artistas definidos para esta temporada são Ali Kiba e Dr. Jose Chamaleone.

Cátia de Sousa, Brand Manager da Coca-Cola, mostrou-se satisfeita com o início de mais uma edição do Coke Studio: "A Coca-Cola apoia a música Africana, e este show é um bom exemplo desse apoio. O Coke Studio Africa oferece aos artistas a possibilidade de mostrarem o seu talento a um público mais vasto, e permite-lhes também trocar experiências com artistas de outros países, o que é muito enriquecedor."

O músico e produtor ZwaiBala, do grupo Sul-Africano de Kwaito, TKZee, e vencedor de um Grammy Award, será o director musical do show. Brett Lotriet, director e produtor de TV com renome internacional, irá colaborar no Coke Studio 3 como produtor.

Os músicos, juntamente com a talentosa banda da casa, vão apresentar todas as semanas novas músicas, que serão produzidas por nomes locais e internacionais. Dentre esses produtores encontram-se Jaaz Odongo, Eric Musyoka e Kevin Provoke, do Quénia, Cobhams Asuquo, Masterkraft e Chopstix, da Nigéria, Owour Arunga, dos Estados Unidos, Nahreel, da Tanzânia e Silvestone, do Reino Unido. Com tantos génios musicais, este show vai sem dúvida elevar a produção musical do continente Africano a outro nível.



COREIA DO NORTE

Ministro da Defesa executado com fogo de antiaérea

O ministro da Defesa da Coreia do Norte foi executado com um tiro de bateria antiaérea à frente de centenas de pessoas por ter mostrado deslealdade ao Presidente, Kim Jong-un, de acordo com informações apresentadas pelo serviço secreto sul-coreano ao Parlamento do país.

Segundo a agência de notícias sul-coreana Yonhap, os parlamentares ouviram que Hyon Yong-chol foi executado a 30 de Abril.

Hyon teria adormecido durante um evento com Kim Jong-un e não cumpriu ordens.

Informações de eventos ocorridos na Coreia do Norte, entretanto, são difíceis de serem confirmadas independentemente.

Pouco se sabe sobre Hyon, mas acredita-se que ele tenha sido general desde 2010. Ele pertenceu ao comité do funeral do ex-líder Kim Jong-il em Dezembro de 2011, um indicativo de influência crescente, e foi nomeado ministro da Defesa no ano passado.

Analistas disseram à BBC que a troca de ministros é frequente no Norte, mas a execução de uma autoridade tão próxima a Kim é surpreendente e causa preocupações sobre a estabilidade do país.

'Poder e autoridade'

NK News, um site de análise de notícias da Coreia do Norte, disse que a última aparição pública de Hyon na mídia estatal foi um dia antes da suposta execução.

Mike Madden, do grupo North Korea Leadership Watch, que monitora o governo do país, disse à BBC que, se verdadeira, a execução é uma "demonstração de poder e autoridade" e um sinal de que o líder norte-coreano "não se sente seguro".

Kim Jong-un tem substituído diversas autoridades desde que assumiu o poder.

O caso mais conhecido envolveu seu tio Chang Song-thaek, que chegou a ser considerado a segunda pessoa mais importante do país.

Ele foi preso em Dezembro de 2013 diante de um encontro do partido, considerado culpado por traição e executado imediatamente.

A decisão foi vista como uma maneira do jovem Kim demonstrar sua autoridade.

No mês passado, grupos de direitos humanos divulgaram imagens de satélite que mostraram actividade excepcional numa área de tiros no centro de treinamento de Kanggon em Outubro de 2014.

O Comité para Direitos Humanos na Coreia do Norte disse que as imagens - que não puderam ser confirmadas - mostraram grandes armas mirando um alvo bem próximo, uma área

para espectadores e diversos veículos de passageiros.

Segundo o grupo, "a explicação mais plausível" para a imagem seria a realização de "uma execução pública horrível" por tiros de bateria antiaérea.



ENQUANTO O DINHEIRO ACABA

Grécia recorre a jeitinho para continuar a funcionar

- A pergunta que ronda as capitais europeias e os mercados nos últimos meses é quando vai acabar o dinheiro da Grécia.

O impasse entre o novo governo em Atenas e os credores da zona do euro continua. Até o momento, a Grécia conseguiu pagar sua dívida externa e os salários e aposentadorias do país. Mas, o segredo mal guardado no país é que, para milhares de pessoas, empresas e instituições - que contam com o dinheiro do governo - na prática, o dinheiro da Grécia já acabou.

Parte do pouco que sobrava já foi gasto na última segunda-feira, quando a Grécia realizou um pagamento de 750 milhões de euros ao FMI, um dia antes do vencimento da parcela da dívida, nesta terça-feira.

O país não recebeu mais empréstimos de países da zona do euro ou do FMI desde Agosto de 2014.

Ainda sobraram 7,2 bilhões de euros para serem autorizados pelos credores. Mas eles se recusam a entregar o dinheiro antes de as suas exigências serem atendidas pelo Governo

grego: mais reformas, mais cortes de gastos e mais aumento de impostos.

O Governo grego, no entanto, liderado desde Janeiro pelo partido Syriza, de esquerda, do primeiro-ministro Alexis Tsipras, se recusa a "violar seu mandato contra a austeridade".

Sem empréstimos de credores oficiais ou acesso aos mercados internacionais para negociar seus títulos, a Grécia, até agora, cobriu suas necessidades financeiras recorrendo a medidas extraordinárias e polémicas.

Entre estas medidas estão transferências obrigatórias de reservas de capital de entidades do sector público - como governos regionais e fundos de aposentadoria - para os cofres do governo central.

Aposentados

Os aposentados do país descobriram na semana passada que não poderiam mais sacar dinheiro de caixas electrónicas, como sempre

faziam, no dia em que suas contas deveriam receber os pagamentos.

O dinheiro só ficou disponível depois de várias horas de atraso e o governo alegou que houve um "problema técnico".

Mas, segundo informações da imprensa grega e do jornal Financial Times, a explicação é outra. Os fundos de aposentadoria do governo lutaram até o último minuto para encontrar dinheiro suficiente para cobrir os pagamentos aos aposentados.

E, para várias categorias de funcionários do sector público do país, a sensação de não encontrar saldo nenhum na conta-salário é familiar.

"Agora nós estamos com um mês de atraso em nossos salários. Até recentemente, estávamos dois meses atrasados e ninguém nos falava se ou quando iríamos receber nosso próximo pagamento", disse à BBC um funcionário de uma instituição cultural mantida pelo governo.